

CARTA DE XANXERÊ - 2017

CARTA DO ENCONTRO ESTADUAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

No Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação realizado na cidade de Xanxerê-SC – Santa Catarina, com a participação de conselheiros municipais de educação, dirigentes municipais de ensino, profissionais da educação e órgãos representativos, a UNCME Estadual reafirma seu compromisso com a garantia do direito à educação de qualidade social para todos e todas, o que implica em desafios importantes quanto à implementação e monitoramento dos Planos Municipais de Educação.

Diante das suas finalidades estatutárias, a UNCME Estadual define neste encontro e reafirma os compromissos de luta elencados na carta escrita no XXVI Encontro Nacional da UNCME realizada em Palmas –Tocantins em 02/09/2016. Define, portanto:

- Criar e fortalecer aos Conselhos Municipais de Educação, como representação social e órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador, afim de, por força de lei, exigir dos municípios o real reconhecimento dos Conselhos e dar condições de trabalho, autonomia administrativa e financeira na luta pela efetivação dos Sistemas e Planos Municipais de Educação. Além de fortalecer as parcerias com instituições como Tribunal de Contas, Ministério da Educação, Conselhos Escolares, UNDIME, Ministério Público, Poder Judiciário, União, Estados e Municípios em prol da Educação inclusiva e emancipatória.
- Ratificar a participação da UNCME na luta pela ampliação e defesa dos recursos constitucionais destinados à educação básica e garantir o direito a educação pública com qualidade social de forma universal. Garantir a aplicação mínima dos recursos destinados à educação básica como forma de cumprimento de todas as metas e estratégias do PNE/PME.

- Defender a necessidade de uma política específica que vise a expansão e assegure a universalização da oferta da Educação Infantil conforme metas do PNE/PME, especialmente o que tange o financiamento da Educação Infantil com recursos da União, não somente inicial, mas de forma permanente, assegurando espaços adequados, profissionais qualificados com especial atenção a vulnerabilidade social, garantindo esta modalidade de ensino como direito constitucional, ético e moral.
- Colaborar na criação de uma Avaliação Institucional da Qualidade de Educação Básica Municipal envolvendo a comunidade escolar, instituições e Conselhos Municipais de Educação.
- Defender a gestão Democrática nos Sistemas de Educação e nas instituições de ensino, estimulando a construção e execução dos Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas, organização de Conferências Nacionais de Educação e fortalecimento dos Fóruns de Educação, estimulando a participação da Sociedade Civil e dos órgãos de controle social na garantia da educação pública gratuita e de qualidade para todos. Incentivar a participação efetiva de toda a comunidade Escolar na organização do espaço físico e pedagógico da Escola, fortalecendo a gestão dos Conselhos Escolares e APPs.
- Defender a educação laica, pública e de qualidade, construída com a participação da sociedade civil, afirmando a educação como direito indispensável à humanidade na superação das desigualdades sociais e na formação da cidadania. Lutar por melhores condições de trabalho e salariais dos profissionais (Lei do piso nacional), defendendo a implementação e aperfeiçoamento contínuo da Base Nacional Comum Curricular BNCC.
- Ampliar as discussões junto aos Conselhos Municipais de Educação, sobre os projetos chamados: “escola sem partido” que atualmente tramitam no poder legislativo e que, se aprovados, podem trazer grandes prejuízos à educação brasileira. A Lei da Mordaza, que é o que de fato esses projetos representam,

visa instalar nas escolas e universidades um clima de perseguição a professores e professoras, colocando em risco o exercício do magistério, censurando conteúdos fundamentais para a formação dos estudantes e ferindo a liberdade de expressão dentro do ambiente escolar, princípio garantido pela Constituição Brasileira.

- Ampliar e consolidar o reconhecimento da UNCME, junto aos diferentes fóruns, projetos e programas relacionados aos assuntos educacionais que visem fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais de Educação e a gestão democrática da educação. Ampliar a participação da UNCME Estadual nos diversos espaços de debates e fóruns, nas esferas municipal, estadual e nacional. Ampliar a participação dos Conselhos Municipais de Educação e da UNCME nas comissões de comitês que definem políticas educacionais no âmbito do MEC e demais espaços da sociedade civil, buscando fortalecer parcerias institucionais na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade social para todos.

Xanxerê (SC), 20 de outubro de 2017.

Comissão de elaboração da Carta de Xanxerê - SC

*Adriano de Martini – Xanxerê
Alexandra Maria Vitorassi Rosa – Camboriú
Claudia Siviani Favero – Xanxerê
Claudio Luiz Orço – Xanxerê
Maristela M. Sutil – Xanxerê
Mariza Lopes Pimentel – Ponte Serrada
Odenir Petroli – Nova Itaberaba
Salete Bizola de Jesus - Xanxerê
Vera Lucia Correa – Xanxerê*